

## XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

### GT-5 – Política e economia da informação

#### GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL: O CASO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Cintia Aparecida Chagas Arreguy (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

Renato Pinto Venâncio (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG)

#### RECORD MANAGEMENT IN MUNICIPAL PUBLIC ADMINISTRATION: THE BELO HORIZONTE'S CITY HALL CASE STUDY

#### Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

**Resumo:** A presente comunicação analisa a formação e a atuação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), com ênfase na implantação de atividades de gestão de documentos na administração pública municipal. O objetivo dessa pesquisa é compreender os antecedentes e o processo que culminou na elaboração daquela que foi a primeira tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo a contemplar tanto as atividades meio como as atividades fim nas capitais brasileiras. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter exploratório. O estudo conclui que as condições que levaram à implantação da gestão de documentos no Poder Executivo Municipal de Belo Horizonte já estavam presentes na criação do APCBH, no ano de 1991, no contexto da Lei Federal de Arquivos. Antes, contudo, desde o início dos trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), instalada em 1894, já havia a preocupação com o tratamento dos documentos produzidos por esse grupo, com uma “turma” responsável pelo *Arquivo Geral dos Papéis da Comissão*. A pesquisa também argumenta que a vinculação desse arquivo público municipal à área cultural, ao longo de toda a sua história, não impediu a implantação da gestão documental, ainda que esse serviço tenha ficado aquém das necessidades institucionais demandadas pelo conjunto da administração municipal.

**Palavras-Chave:** Gestão de Documentos – Prefeitura de Belo Horizonte – Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo – Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

**Abstract:** This presentation analyzes the formation and acting of the Public Archive of Belo Horizonte city (APCBH), with especial focus on the implementation of record management in the municipal public administration. The objective of this research is to advance the understanding of the antecedents and the process that culminated in the creation of the first retention and disposition schedule encompassing both the support activities and the core activities in Brazilian capitals. This exploratory research is both bibliographical and documental. The study concludes that the conditions that led to the implementation of record management in the Municipal Executive Power of Belo Horizonte had already been present when APCBH was founded, in 1991, in the context of the Archive

Federal Law. However, since the very beginning of the New Capital Construction Commission work (CCNC), implemented in 1894, there had been concern over the treatment of records produced by such group with a team in charge of the *General Archive of the Commission Papers*. The study also argues that the insertion of such municipal public archive in the cultural area, throughout its entire history, has not prevented the implementation of record management although this service had not entirely fulfilled the institutional needs of the municipal administration body.

**Keywords:** Record Management – Belo Horizonte City Hall – Retention and disposition schedule.

## **1 INTRODUÇÃO**

A presente comunicação analisa a criação e desenvolvimento do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e os passos que levaram a implantação de uma gestão de documentos na administração pública municipal. Esse trabalho inicia-se com a trajetória do tratamento dos documentos anteriormente à criação do Arquivo, desde a instalação da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC). Em seguida, são apresentadas as condições e passos que levaram à criação da instituição arquivística do poder executivo municipal para, a seguir, analisar a atuação do APCBH na gestão de documentos, sobretudo a elaboração de uma tabela de temporalidade e destinação de documentos, publicada em 1997. Tal pesquisa teve como objetivo compreender as condições que levaram à Prefeitura de Belo Horizonte a elaborar um instrumento de destinação de documentos antes mesmo da publicação desse instrumento pelo Conselho Nacional de Arquivos.

Unidade da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte desde 2005, o APCBH foi criado dentro da estrutura da antiga Secretaria Municipal de Cultura, por meio da Lei Municipal 5900/1991 (BELO HORIZONTE, 1991b). Sua vinculação na estrutura da administração municipal, sempre esteve associada à área cultural, em decorrência da Lei Municipal de Arquivos (BELO HORIZONTE, 1991a). Tal posição, porém, não se contrapôs à sua missão no que tange à gestão de documentos. Sua atuação foi orientada pela Lei Municipal n. 5.899 de 20 de maio de 1991, *que dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados* (BELO HORIZONTE, 1991a) e que se aproxima bastante da norma nacional.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os procedimentos metodológicos utilizados nessa pesquisa, de natureza qualitativa, foram pesquisa bibliográfica e documental de caráter exploratório e descritivo. Foi realizada análise documental de documentos arquivísticos do Subfundo Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, sob a guarda da instituição, além de legislação e normas relativas à gestão de documentos no município de Belo Horizonte.

## **3 TRAJETÓRIA DOS DOCUMENTOS DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (1894-1989)**

A trajetória do tratamento dos documentos produzidos pela Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), anteriormente à criação do APCBH, foi objeto das pesquisas de Ivana Parrela (2004; 2009). Seu estudo começa abordando a organização da documentação pela Comissão

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

Construtora da Nova Capital. Essa comissão, responsável pelos trabalhos de construção da nova capital do Estado de Minas Gerais, no final do século XIX, possuía divisões, sendo que a 3ª Divisão (Escritório Técnico) se compunha de “turmas de serviço”, responsáveis por diversas atividades. A “primeira turma” era responsável pelo *Arquivo Geral dos Papéis da Comissão*. Um aspecto importante dos trabalhos dessa “turma” era o fato de os arquivos serem guardados pelas divisões por que estavam distribuídos os serviços da Comissão, respeitando-se o princípio da proveniência. Após a organização da prefeitura da Cidade de Minas, nome que Belo Horizonte recebeu quando de sua inauguração e que permaneceu até 1901, “[...] os documentos acumulados pela CCNC e a própria concepção dada ao arquivo, foram mantidos na Administração da nova cidade [...]” (PARRELA, 2004, p. 93). No ano de 1912, os documentos da prefeitura estavam organizados por assuntos, contrariando princípios arquivísticos. Em 1922, o crescimento do acervo motivou a mudança do arquivo de um espaço nos fundos do prédio da Prefeitura para seu porão. (PARRELA, 2004). Em 1937, o Arquivo mudou, juntamente com toda a Prefeitura, para o Palácio da Municipalidade. O período de Juscelino Kubitschek na prefeitura de Belo Horizonte (1940-1945) foi marcado pela perda do reconhecimento do arquivo como “guardião da memória”. Assim, no ano de 1943, foi criado o Museu da Cidade, atual Museu Histórico Abílio Barreto, e parte do acervo do Arquivo foi transferido para o Museu. “Aos poucos, o Arquivo passou a ser conhecido como o ‘Arquivo Geral da Prefeitura’, aproximando-se cada vez mais das funções de protocolo e expedição...” (PARRELA, 2004, p. 94). Em 1953, “[...] o Arquivo passou a integrar a Administração Geral, dentro do Departamento de Administração, como uma divisão de Comunicações e Arquivo (PARRELA, 2004, p. 95). Em 1956, houve uma ampliação nas dependências do Arquivo e uma reestruturação administrativa, passando a dividir-se em três setores: arquivamento de processos, autos e alvarás; conservação e limpeza; chefia e administração (PARRELA, 2004).

A partir de 1929, a eliminação de documentos torna-se regular, “[...] sempre que a falta de espaço exigisse, sem que os critérios destas eliminações fossem descritos nos relatórios” (PARRELA, 2004, p. 94). Em 1967, houve um grande expurgo: “35.915 quilos de papéis, papeletas, processos diversos, etc. [...] Em 1971, novo expurgo, mediante concorrência pública feita por uma comissão de expurgo: 4.120 quilos de papel vendidos a 30 centavos o quilo”. (PARRELA, 2004, p. 95). Em 1972, foi nomeada uma comissão para proceder a outro expurgo, como a primeira etapa para a implantação da microfilmagem na PBH. Em 1975, ocorreu um expurgo de processos do período de 1952 a 1957 e, em 1978, daqueles relativos ao período de

1956 a 1972, com exceção dos referentes à contagem de tempo de serviço, Em 1985, novos expurgos aconteceram. (PARRELA, 2004).

A década de 1980 é especialmente importante para a constituição de políticas e ações relativas ao patrimônio e aos arquivos no município de Belo Horizonte. Data desse período a implementação do Centro Micrográfico da Prefeitura e os primeiros estudos para a formulação da Lei de Patrimônio Cultural da Cidade. Foi também nessa década que:

[...] o Arquivo Geral, agora integrante da Coordenadoria de Serviços Gerais, passou por nova modernização de seu sistema de documentação e arquivo, com a definição de tempos de arquivamento e ampliação da microfilmagem e da implantação do sistema OPUS, desenvolvido em conjunto pela Processamento de Dados de Belo Horizonte – PRODABEL e Secretarias de Planejamento e Administração, interligando a Prefeitura numa rede integrada de informações e processamento de dados (PARRELA, 2004, p. 96).

### **3.1. A CRIAÇÃO DO ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE**

Em agosto de 1989, foi instalada uma comissão incumbida de realizar estudos visando à elaboração do projeto de criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Tal comissão contava com a participação de Norma de Góes Monteiro e Maria Auxiliadora de Faria, professoras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Ismália de Moura Nunes, engenheira da Secretaria Municipal de Planejamento; Hélio Gravatá, bibliotecário e pesquisador do Arquivo Público Mineiro; Leonardo José de Magalhães Gomes, historiador e diretor do Museu Histórico Abílio Barreto; Josélia Santos Silva, historiadora e funcionária da Secretaria Municipal de Cultura; Roberto Borges Martins, professor da UFMG; e Luiz Gonzaga Teixeira assessor da Secretaria Municipal de Cultura e coordenador da comissão.

Já na primeira reunião do grupo, destaca-se o protagonismo da professora Norma de Góes Monteiro, oriunda do Arquivo Nacional, onde trabalhou e assessorou, ocupando diversas funções e cargos. A professora Norma apresentou um relato em que expôs as funções e objetivos de um Arquivo Público, assim como sua estrutura e sistemática de funcionamento.

Ressaltou, ao referir-se à sua definição conceitual, a moderna concepção que se tem de Arquivo, não só um organismo histórico e cultural, mas também instituição oficial, verdadeiro cartório, que mantém e preserva documentos de importância, inclusive legal, para a vida do município e de seus cidadãos. (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 1989, p. 2)<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, Livro de Atas. Acervo APCBH [GR 365] O livro traz três atas de reuniões da Comissão de Estudos para Criação do APCBH (24 de agosto, 1º de

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

A leitura das atas da comissão revelou importantes discussões sobre a concepção de um arquivo preocupado com a gestão de documentos, para além de uma visão de arquivo histórico. Questões em torno do sigilo e do acesso aos documentos públicos já aparecem nas primeiras discussões. Destaca-se o fato de os membros da comissão terem tido acesso à minuta do projeto de Lei do Arquivo Nacional, em sua 6ª versão, que foi passada pela professora Norma de Góes Monteiro aos demais membros da comissão para que servisse como modelo do projeto de Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

As limitações financeiras da Prefeitura para a contratação de pessoal e para a formação da equipe do arquivo também foram objeto de discussões do grupo. Uma solução apresentada foi a elaboração de um curso para preparação de funcionários da própria prefeitura, para o levantamento documental. A elaboração do curso e a seleção do pessoal ficariam a cargo da professora Norma. Em relação à constituição inicial do acervo, as professoras Ismaília e Josélia ficaram encarregadas de visitar os depósitos da Secretaria Municipal de Administração para localização de documentos, plantas e mapas do período da construção de Belo Horizonte. Essas visitas resultaram na localização de importantes conjuntos documentais oriundos da Comissão Construtora da Nova Capital, como os processos de desapropriações e a planta do Arraial de 1894, com demarcação das áreas a serem desapropriadas, entre outros. Esses documentos encontravam-se em bom estado de conservação e estavam guardados em um depósito da Secretaria de Administração, situado no Edifício Trianon, na Rua da Bahia, no centro da capital. Foram também localizados outros documentos em outros depósitos, muitos deles, contudo, em más condições de guarda e conservação.

Ao final dos trabalhos do grupo, foram apresentados os anteprojetos de leis que dispõem sobre a instituição da Política Municipal de Arquivos Públicos e Privados e a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, que foram encaminhados ao Prefeito Pimenta da Veiga. No dia 12 de dezembro de 1989, os referidos projetos foram enviados pela Prefeitura à Câmara Municipal, onde, no ano seguinte, receberam os números 666/90 e 667/90, respectivamente. O processo de implantação do arquivo, iniciado no ano de 1989, tem em 1990 um avanço com a designação, por meio da Portaria nº 3067 de 26 de março de 1990, de Norma de Góes Monteiro pelo então prefeito Pimenta da Veiga para

---

setembro e 1º de dezembro de 1989) e uma ata de reunião de avaliação do processo de implantação do Arquivo (11 de julho de 1991).

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

[...] junto à Secretaria Municipal de Cultura, promover os estudos e as gestões necessárias visando à implantação, no município de sistema Municipal de Arquivos Públicos e Privados e a criação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte. (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 1990).

Note-se que a portaria previa a implantação de um Sistema Municipal de Arquivos, a exemplo do Sistema Nacional de Arquivos. Em relação a isso, o relatório do Arquivo do ano de 1990 traz uma justificativa para a redação simultânea de uma lei que cria o APCBH e outra que dispõe sobre a política municipal de arquivos públicos e privados:

A redação simultânea dessas duas leis se explica pelo fato de que, segundo os preceitos da arquivística moderna, um arquivo público municipal não cumpre seu papel de ser fonte de prova e informação ao cidadão, de apoio às decisões político-administrativas, de divulgador do conteúdo de natureza científico-cultural e de incentivador da pesquisa relacionada com o desenvolvimento do município sem que se dê sua articulação com um sistema que possibilite o procedimento de gestão de documentos, através da integração das unidades administrativas e dos centros de documentação e informação (grifo nosso)<sup>2</sup>.

Esse trecho do relatório demonstra uma associação direta entre a gestão de documentos e o sistema de arquivos. De acordo com Jardim (1995), as noções de sistema de arquivos e de sistema nacional de arquivos são pouco frequentes na literatura internacional, aparecendo algumas vezes com uma definição mais próxima de rede do que de sistema. Já na literatura nacional, o mesmo autor aponta que a noção de sistema de arquivos mostra-se mais frequente.

Para atuarem no processo de implantação do APCBH, sob a coordenação da professora Norma, duas funcionárias da Secretaria Municipal de Cultura e duas profissionais da Secretaria Municipal de Educação foram remanejadas. O relatório produzido pelo Arquivo Público, no ano de 1990, traz as atividades desenvolvidas pela equipe comandada pela Professora Norma de Góes Monteiro. Entre elas, destacam-se: a elaboração de um quadro técnico com a previsão de contratação por meio de concurso público de 56 funcionários efetivos; o início dos estudos da Estrutura Administrativa de Belo Horizonte (1894-1930); o início do projeto de “Recenseamento dos Arquivos Administrativos e Técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte”; e a realização do seminário “Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

---

<sup>2</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório Anual – 1990. Acervo APCBH, 1990. GR365.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

O Seminário “Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte” aconteceu entre os dias 4 e 6 de setembro de 1990, no auditório do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - BDMG. De acordo com ofício de divulgação do evento, o seminário tinha como objetivo:

[...] criar oportunidades para o envolvimento da comunidade para que as pessoas tomem conhecimento do significado do Arquivo Público como entidade responsável pela memória político-administrativa, como fonte de prova e informação ao cidadão, no relacionamento município/administração, e como divulgador cultural. Desse envolvimento é que vão surgir as discussões, ideias, sugestões para a concretização da implantação do Arquivo Público de Belo Horizonte, que é uma das prioridades da Secretaria Municipal de Cultura<sup>3</sup>.

Nesse seminário discutiram-se aspectos relacionados à legislação e política arquivística; formação profissional do arquivista; a gestão de documentos; os novos documentos de arquivo, além de memória e história. O público-alvo era formado por estudantes, pesquisadores e professores das áreas de História, Ciências Sociais, Biblioteconomia e áreas afins. Compunha-se, ainda, de técnicos e funcionários de instituições culturais ligadas à arquivística nos setores público e privado; funcionários da Prefeitura ligados a setores de documentação, pesquisa e arquivo, além de representantes do poder legislativo e das Secretarias Municipais de Belo Horizonte<sup>4</sup>.

Participaram do evento 252 pessoas no total, entre estudantes e profissionais de diversas cidades de Minas Gerais e de outros estados e funcionários de setores de arquivo e documentação da Prefeitura de Belo Horizonte. José Maria Jardim, em conferência realizada durante esse seminário, tratou de princípios norteadores para a configuração institucional de um arquivo público. São eles:

Os documentos conservados pelo arquivo público devem contribuir como fonte de informações sobre as atividades do governo no qual a instituição arquivística encontra-se inserida;

Os documentos devem ser recolhidos sistematicamente ao arquivo público, segundo critérios precisos de avaliação e seleção de documentos, garantindo a preservação do patrimônio informativo governamental e da sociedade;

O arquivo público deve sempre tornar disponível ao cidadão a informação arquivística;

---

<sup>3</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício/Release do seminário “Bases para a implantação de um arquivo moderno. Acervo APCBH.

<sup>4</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Ofício/Release do seminário “Bases para a implantação de um arquivo moderno”. Acervo APCBH.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

O arquivo público deve buscar desempenhar um papel ativo de forma a garantir que os documentos governamentais sejam bem administrados durante todo seu ciclo vital, ou seja, a partir da sua criação até a sua eliminação ou a sua conservação permanente pelo próprio arquivo público; e

O arquivo público deve considerar a dinâmica das demandas dos seus usuários (seja o pesquisador científico, o administrador público ou o cidadão comum), buscando sempre desenvolver as ações necessárias para, cada vez mais, responder de forma mais eficiente a esses usuários. (JARDIM, 1990, p. 16).

Como se pode observar pela fala acima e pelos temas debatidos durante esse evento, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte nasceu com a proposta de ser um arquivo “moderno”, ou seja, contemporâneo em sua concepção. Um arquivo preocupado com a administração e com a história, com forte atuação na gestão dos documentos produzidos e acumulados pela administração municipal.

Ao final do evento, foram aprovadas as sete moções a seguir:

1 – Que o Poder Executivo do Município de Belo Horizonte encaminhe, com maior urgência, ao poder legislativo, o projeto de lei que “Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da cidade de Belo Horizonte e dá outras providências”, na medida em que os mesmos estão adequados às mais avançadas técnicas arquivísticas e coadunadas com o espírito da constituição de 1988, da constituição do estado de 1989, e da Lei Orgânica do Município de março de 1990;

2 – Que o poder Legislativo aprecie e vote estes projetos de modo a viabilizar a gestão dos documentos do Poder Executivo Municipal e a preservação daqueles de valor histórico, de modo a contribuir para a eficiência administrativa do governo, o desenvolvimento de pesquisas de caráter acadêmico, técnico e científico, e o atendimento aos usuários no exercício de sua cidadania;

3 – Que o Poder Executivo Municipal racionalize seus investimentos no sentido de dotar o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte de uma sede própria para abrigar os documentos produzidos e acumulados no exercício de suas atividades;

4 – Que o Poder Executivo Municipal promova a capacitação dos recursos humanos que atuam nos arquivos da administração pública municipal, dotando o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte de um quadro técnico, com vencimentos compatíveis à sua responsabilidade, a implantação de um política de arquivos para a cidade que possa servir de modelo para outros arquivos municipais em Minas Gerais;

5 – Que o Poder Executivo Municipal procure realizar convênios com universidades, arquivos e demais instituições públicas e privadas voltadas para a preservação da memória nacional, no sentido de racionalizar seus esforços, integrar atividades e evitar dispersão de recursos, com vista a um objetivo comum;

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

6 – Que a Secretaria Municipal de Cultura da Prefeitura de Belo Horizonte priorize, neste momento, as atividades de recenseamento dos seus acervos arquivísticos, o levantamento da estrutura administrativa do município desde sua criação até os dias atuais; os estudos de caráter legislativo; a definição de sua política municipal de arquivos e o estabelecimento de convênios com outras instituições;

7 – Que o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte estabeleça a partir deste ano suas diretrizes, ações estratégicas e planejamento de recursos até 1993, com periodicidade quadrienal (BELO HORIZONTE, Secretaria Municipal de Cultura, 1991, p. 135).

Desde o início de sua implantação, no princípio de 1991, e até o início do segundo semestre deste mesmo ano, o Arquivo não teve uma direção ou coordenação oficial, com vínculo institucional com a PBH. Este problema foi apontado em reunião da equipe do APCBH, em 11 de junho de 1991. Nessa reunião, vários problemas foram apontados, entre eles: a falta de uma sede; o grau de comprometimento das autoridades municipais em relação ao Arquivo; a composição de sua equipe técnica; o descrédito dos órgãos da administração municipal diante do projeto do APCBH e da identificação do seu perfil técnico.

No dia 13 de agosto de 1991, após muitos trabalhos realizados pela equipe, a professora Norma de Góes Monteiro foi nomeada como a primeira diretora do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte, tendo tomado posse no dia 22 do mesmo mês. Ao final de 1991, a equipe técnica do Arquivo, conforme apontado no relatório anual da instituição, compunha-se de seis pessoas, sendo três da própria Secretaria, uma da Secretaria Municipal de Educação (à disposição do APCBH), uma assessora e uma consultora técnica

Desde a sua criação, o Arquivo busca uma sede adequada a seu funcionamento. Entre 1992 e 1996, funcionou em um prédio da Avenida dos Andradas, 367, no centro da capital. Nesse último ano, o Arquivo foi transferido para uma sede alugada na Rua Itambé, no Bairro Floresta, onde funciona até os dias de hoje. Trata-se de um local que, apesar de não ser apropriado ao Arquivo, foi sendo adaptado para seu uso. Vale destacar que o prédio se localiza em uma região bastante degradada da cidade e, durante boa parte do tempo, o APCBH funcionou na parte de cima de um espaço com um restaurante e uma boate. Anexo ao Arquivo também havia um depósito de papel da Associação dos Catadores de Papel, Papelão e Materiais Reaproveitáveis de Belo Horizonte (ASMARE) e, posteriormente, da Cooperativa de Catadores de Papel de Belo Horizonte (Coocapel). Outro vizinho do Arquivo é a Delegacia Seccional Centro do 2º Distrito de Polícia que, durante um período, foi um recinto superlotado

de presos, onde aconteceram muitas rebeliões<sup>5</sup>. Em março de 2002, um incêndio provocado por detentos da Delegacia Seccional Centro atingiu o galpão da Cooperativa de Catadores de Papel de Belo Horizonte (Coocapel), que foi completamente destruído pelo fogo. Localizado ao lado da Cooperativa e próximo à Delegacia, o APCBH também sofreu as consequências da rebelião. Seis salas do Arquivo foram atingidas pelo incêndio. A área de maquinário do ar condicionado foi avariada e vidraças estouraram com o calor. Nenhum documento foi perdido, devido à segurança dos depósitos de paredes duplas e teto rebaixado; contudo, alguns documentos foram molhados quando o corpo de bombeiros precisou combater o incêndio. (ARQUIVO ameaçado, 2002). A partir daí várias foram as tentativas de se obter uma sede própria para o Arquivo, todas elas frustradas. Até os dias atuais, o Arquivo situa-se na mesma sede alugada desde 1996.

#### **4 A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE.**

A preocupação com a gestão de documentos aparece desde o projeto de implantação do Arquivo Público de Belo Horizonte. De acordo com esse projeto:

É oportuno registrar que, como preceitua a mais moderna concepção arquivística, o Arquivo Público hoje transcende a sua tradicional função de mero depósito de documentos de valor histórico e cultural, na medida em que seu acervo se constitui também e principalmente, de fonte de prova e informação para o cidadão no exercício de seus direitos civis<sup>6</sup>.

Nesse documento, é destacada a igual responsabilidade do arquivo em relação ao presente e ao passado, conforme pode ser visto no trecho abaixo:

Muito mais que instituições do passado, os Arquivos são instituições do futuro. Sua missão fundamental é assegurar a informação do futuro, pois os Arquivos se constituem no traço de união de duas épocas<sup>7</sup>.

Conscientes, portanto, das atribuições e responsabilidades de um arquivo público, o APCBH iniciou seu trabalho e gestão de documentos pela elaboração de um diagnóstico da situação dos documentos da prefeitura de Belo Horizonte.

---

<sup>5</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Relatório Qualitativo/Avaliativo Ano de 1999**. Acervo APCBH, 1999.

<sup>6</sup> Projeto Implantação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Documento cópia, sem data e assinatura – Acervo APCBH – GR 365.

<sup>7</sup> Idem.

#### 4.1 1991: UM PRIMEIRO DIAGNÓSTICO

Em 1991, foi apresentado um diagnóstico da situação dos documentos da Prefeitura dos pontos de vista qualitativo e quantitativo. Esse trabalho revela sérios problemas em relação à documentação acumulada na Prefeitura, devido à falta de ações de gestão de documentos. A equipe de trabalho era composta por três pesquisadoras: Josélia Santos Silva, Maria Nicolina Fialho Wanner e Maria Regina Persechini A. Côrtes<sup>8</sup>. O trabalho iniciou-se com a elaboração de um quadro com as unidades administrativas mantenedoras de arquivo, visando a estabelecer uma futura política de recolhimento, que teria como critérios de prioridade a antiguidade e o estado de conservação dos documentos. Esse diagnóstico cobriu toda a administração direta, exceto as administrações regionais. Foram cadastrados os acervos de 11 secretarias e órgãos equivalentes: Governo, Administração, Planejamento, Fazenda, Atividades Urbanas, Saúde, Meio Ambiente, Cultura, Esportes e Ação Social, Procuradoria Geral, Corregedoria Geral e Auditoria Geral<sup>9</sup>.

No total foram visitados 60 departamentos, 89 serviços, 122 seções e 20 setores. A massa documental encontrada compunha-se basicamente de documentação textual (manuscritos datilografados ou impressos) de natureza técnica, administrativa, pessoal e contábil-financeira, e também um grande volume de documentação especial, compreendendo mapas, plantas, fotografias, documentos informatizados, microfilmados e audiovisual. As datas-limite eram de 1894 a 1991 e o estado de conservação, de um modo geral, foi considerado ruim. Após seis meses de trabalho, o relatório apresenta algumas conclusões que serão discutidas a seguir.

Falta de qualificação profissional do pessoal responsável pelos arquivos foi outro problema enfrentado. Inexiste a carreira de arquivista na PBH ou de treinamento para o exercício dessa função. De acordo com o relatório, tal função é geralmente exercida por funcionários não capacitados,

[...] que desconhecem os princípios elementares da arquivística, o que compromete a organização e a preservação dos documentos sob sua responsabilidade. Este fato, acrescido da falta de uma legislação específica de arquivo, dá oportunidade ao surgimento de práticas individuais e medidas heterogêneas no momento de decisões sobre organização e

---

<sup>8</sup> WANNER, Maria Nicolina Fialho; CÔRTEZ, Maria Regina Persechini Armond. Diagnóstico de um acervo arquivístico: uma experiência na Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. 16p. Outubro, 1991. [Anexado ao Relatório Anual – 1991]. Acervo APCBH. GR 365.

<sup>9</sup> Idem

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

eliminação dos documentos. É comum cada unidade administrativa decidir sobre o destino que terão seus documentos, e o mais grave é a ausência de um tratamento padronizado para um mesmo tipo de documento<sup>10</sup>.

Descaso com a guarda de documentos ficou registrado na improvisação de depósitos em locais inapropriados, como banheiros, porões, galpões e até cemitérios.

Um bom exemplo são os mapas e plantas da Comissão Construtora de Belo Horizonte, que foram encontrados em estado precário de conservação na capela-velório do Cemitério do Bonfim. O local é reconhecidamente impróprio, mas os documentos aí foram depositados por serem considerados 'Arquivo Morto'. Esta situação se agrava diante do fato de que os documentos não são somente importantes para o registro da história, mas principalmente como apoio administrativo e garantia dos direitos do cidadão. Trata-se de documentos pessoais e probatórios cuja destruição pode lesar irreversivelmente o contribuinte e o funcionário na reivindicação de seus direitos<sup>11</sup>.

Registrou-se, ainda, a destruição indiscriminada de documentos.

Como não existe uma legislação que estabeleça os prazos de retenção ou de eliminação dos documentos, é o próprio funcionário quem determina a sua destruição e a sua destinação final. Em muitas repartições só foram encontrados documentos a partir de 1989. Os responsáveis não souberam determinar qual destino teve a documentação anterior, o que cria uma lacuna de longos períodos<sup>12</sup>.

Outro ponto apresentado no diagnóstico é o desrespeito por parte das autoridades públicas que transferiam o que foi produzido em sua gestão para seus respectivos arquivos particulares. Ausência de uma avaliação da massa documental e a conseqüente destruição de documentos de valor<sup>13</sup> - em detrimento de outros de menor importância - também são apontados. O relatório destaca, ainda, a questão da microfilmagem e da informatização

[...] distorções que transcendem aos objetivos daqueles que a idealizaram. Por um lado, constituem elementos de racionalização e agilização do processo moderno administrativo. Por outro lado, com a ausência de critérios (na avaliação e seleção de documentos a serem informatizados e, principalmente, microfilmados), aliada a uma falta de conscientização da importância do significado do documento original, vem gerando uma perda irreparável de seu patrimônio documental. Os originais acabam sendo eliminados quando da transcrição para o novo suporte, causando problemas de ordem técnica e jurídica<sup>14</sup>.

---

<sup>10</sup> Idem p. 10-11

<sup>11</sup> Idem p. 11.

<sup>12</sup> Idem p. 12.

<sup>13</sup> De acordo com SCHELLENBERG (2006), o problema básico da destinação de documentos é o valor, seja para o uso administrativo, legal ou fiscal ou para pesquisa.

<sup>14</sup> Idem p. 13.

Os problemas de ordem técnica apontados são a má qualidade dos microfimes e seu acondicionamento impróprio, gerando deterioração. Em relação à informatização, a questão apontada é a ausência de cópias de segurança ou, quando essas existem, sua guarda é feita no mesmo local dos originais. É apontada, ainda, a obsolescência dos equipamentos. Os problemas de ordem jurídica apontados são que:

[...] nem sempre uma cópia é aceita como documento probatório. Assim, a eliminação dos originais causa perdas irreversíveis, reafirmando a problemática dos direitos do cidadão<sup>15</sup>.

Os resultados desse diagnóstico revelam situações ainda hoje preocupantes. Algumas das práticas apontadas, quando da criação do APCBH, ainda podem ser verificadas nos dias atuais. Em relação à informatização ou à produção de documentos nato-digitais, os problemas estão longe de terem sido solucionados. Também se registra a falta de pessoal qualificado para lidar com documentação e a destruição indiscriminada de documentos.

#### **4.2. SEMINÁRIOS DE GESTÃO DE DOCUMENTOS: A TEORIA E A PRÁTICA EM DEBATE**

Uma importante iniciativa do Arquivo concebida com o objetivo de se aproximar da administração pública municipal, discutindo questões técnicas referentes à gestão de documentos, foi a realização dos seminários de gestão de documentos. Esses seminários tiveram início no ano de 1999, quando foi realizado o I Seminário de Gestão de Documentos. Ao todo foram nove edições, que reuniram mais de 1.600 participantes, sendo principalmente voltados para os servidores público municipais, porém tendo contado com a participação de estudantes, pesquisadores, historiadores e outros profissionais. Os convidados desse evento foram professores e pesquisadores de importantes universidades do Brasil, gestores e profissionais de arquivo. Os temas foram bastante variados. No quadro 1 é apresentado um resumo desses seminários.

**Quadro 1: Seminários de Gestão de Documentos.**

<b>Ano</b>	<b>Edição</b>	<b>Tema</b>
1999	I	—
2000	II	Avaliação e preservação de acervos iconográficos
2001	III	Novos Profissionais e novas tecnologias em Arquivo
2002	IV	Tabelas de Temporalidade: uma avaliação
2004	V	Gestão e preservação de documentos eletrônicos

<sup>15</sup> Idem p. 14.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

2006	VI	Gestão Arquivística de Documentos Digitais: padrões e requisitos técnicos
2007	VII	Gestão e preservação de arquivos de arquitetura, engenharia e urbanismo: desafios conceituais e operacionais
2010	VIII	Gestão e preservação de fotografias digitais <sup>16</sup>
2011	Ed. Especial	Seminário de Gestão de Documentos: 20 anos de políticas arquivísticas e do arquivo público da cidade de Belo Horizonte

**Fonte: Elaboração própria**

Além dos seminários de gestão de documentos, a partir da leitura dos relatórios produzidos pelo APCBH, pode-se observar a oferta regular de cursos na área de gestão de documentos voltados para o servidor público municipal. Esses cursos aconteceram em unidades da administração direta e indireta, assim como em secretarias de coordenação de administração regional, revelando um esforço na formação desses servidores públicos para lidarem com os documentos produzidos e acumulados pela Prefeitura.

#### **4.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA TABELA DE TEMPORALIDADE PARA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE**

A preocupação com a gestão de documentos - presente na Lei de criação do Arquivo Público e na Lei Municipal de Arquivos - se concretizou na elaboração daquela que foi a primeira tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo, a contemplar tanto as atividades auxiliares como as substantivas dos municípios do Brasil.

A disposição em elaborar esse instrumento aparece no relatório do Arquivo, ao final de seu primeiro ano de existência, em 1991. Esse relatório refere-se, como um de seus projetos em fase de formulação, à Avaliação e seleção dos documentos do arquivo geral da Secretaria Municipal de Administração (SMAD), em conjunto com a Procuradoria Geral do Município (PGM) e administradores da SMAD. De acordo com esse documento:

...ao término da avaliação e seleção será elaborada uma **tabela de temporalidade**, instrumento técnico que oferecerá à SMAD condições de eliminar os documentos considerados sem valor permanente<sup>17</sup> (grifo nosso).

Estava prevista, ainda, a avaliação e seleção do acervo documental da Secretaria Municipal de Cultura e a elaboração da respectiva tabela de temporalidade.

No ano de 1992, foram feitos contatos com a PRODABEL para orientações em relação aos procedimentos de microfilmagem – avaliação e seleção prévia, destinação, critérios para

---

<sup>16</sup> Esse seminário tinha como público preferencial a área de assessoria de comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, sobretudo os fotógrafos.

<sup>17</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório Anual – 1991. Acervo APCBH, 1991. GR 365.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

eliminação. Foi feito, ainda, o levantamento de assuntos dos processos da PBH, como subsídio para futuras comissões de avaliação e seleção de documentos na elaboração de tabelas de temporalidade e destinação de documentos. Também foi implementado o levantamento de processos microfilmados ao longo de 1992 – amostragem, datas-limite, prazos de guarda e destinação. Nesse mesmo ano, de acordo com o relatório anual do Arquivo, houve, ainda, a...

Elaboração preliminar de um Código de Classificação por Assuntos e de um índice Analítico para os arquivos correntes da direção do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte e do Serviço de Gestão de Documentos, assim como a colaboração, sob a forma de subsídios, para que os outros Serviços organizassem seus códigos específicos<sup>18</sup>.

Note-se que, a despeito de a Prefeitura de Belo Horizonte não contar até os dias de hoje com planos de classificação em todas as suas áreas, já havia, em 1992, o reconhecimento da importância da elaboração desse instrumento. Nesse mesmo ano, o relatório anual informa a respeito de um levantamento bibliográfico referente aos temas gestão de documentos, avaliação e seleção de documentos e tabela de temporalidade, como subsídio para os trabalhos de uma Comissão que seria designada pelo Secretário Municipal de Administração. Houve, ainda, o levantamento da legislação municipal referente às antigas Comissões de Avaliação, Seleção e Eliminação de documentos e sobre a política de arquivos, anterior a 1991<sup>19</sup>. Durante o ano de 1993, foram feitas visitas ao Secretário Adjunto da Administração e ao Procurador Geral do Município, visando à implantação do Projeto de Gestão de Documentos<sup>20</sup>.

Para a elaboração da tabela de temporalidade, no ano de 1994, foi constituída a “Comissão para Definição da Tabela de Temporalidade dos Documentos da PBH” e definido um cronograma do projeto, por meio de duas portarias da Secretaria Municipal de Administração<sup>21</sup>. Os membros designados por essas portarias pertenciam ao Departamento de Desenvolvimento Administrativo (DDESAD) ao Departamento de Serviços Gerais (DSGAD), ambos vinculados à Secretaria Municipal de Administração/SMAD e do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Nesse ano, durante a primeira fase do projeto “Avaliação, Seleção e

---

<sup>18</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório Anual – 1992. Acervo APCBH, 1992. GR 365.

<sup>19</sup> Idem.

<sup>20</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório das atividades desenvolvidas pelo Serviço de Gestão de Documentos. Junho a agosto de 1993. Acervo APCBH, 1993. GR 365.

<sup>21</sup> Portarias SMAD n.ºs. 016 de 15 de julho de 1994, 024, de abril de 1994. (BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração, 1994). Em 1995, houve, ainda, a portaria e 008 de 28 de abril de 1995 (BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração, 1995b).

Definição da Tabela de Temporalidade dos Documentos da PBH – Projeto Gestão de Documentos” foram levantados os documentos produzidos pelos vários departamentos da SMAD, escolhida como piloto do projeto. No ano de 1995, outra portaria da Secretaria Municipal de Administração<sup>22</sup> criou um grupo de trabalho auxiliar à Comissão e era composto por advogados representantes da Procuradoria Geral do Município, Secretaria Municipal de Governo e Secretaria Municipal de Administração, para a realização da avaliação jurídica dos prazos dos documentos.

No dia 22 de maio de 1997, foi publicada a primeira versão da Tabela de Temporalidade no Diário Oficial do Município, por meio do Decreto 9223, de 20 de maio de 1997 (BELO HORIZONTE, 1997). Nesse mesmo ano, foi realizado treinamento de servidores da PBH sobre a utilização da Tabela de Temporalidade e sobre a utilização dos formulários de eliminação, transferência e recolhimento de documentos. Ao todo, foram treinados 317 servidores de diversas áreas da administração<sup>23</sup>. Após a publicação dessa primeira versão, a Câmara Técnica de Avaliação da Tabela de Temporalidade recebeu as sugestões de modificações e estabeleceu os novos prazos de guarda. Como a primeira fase – 1994/1997 – foi muito longa, alguns documentos foram criados e outros extintos e, por isso, uma segunda fase foi necessária. Em 19 de julho de 1999, foi publicado o Decreto nº 9.971, que rerratifica o Decreto nº 9.223 de 22 de maio de 1997 (BELO HORIZONTE, 1999).

No ano 2000, a Tabela de Temporalidade foi integrada ao sistema de tramitação de processos da PBH, sistema OPUS. Essa inclusão foi de grande importância, pois provocou uma vinculação entre os códigos de serviços desse sistema com sua respectiva temporalidade. Assim, os processos cadastrados no sistema OPUS somente podem tramitar se tiverem seus prazos estabelecidos no referido instrumento de destinação.

#### **4.4 A GESTÃO DE DOCUMENTOS NA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA DA PREFEITURA DE BELO HORIZONTE**

A administração indireta não foi contemplada na Tabela de Temporalidade, aprovada pelo APCBH em 1997. O trabalho de gestão de documentos das autarquias, fundações e empresas públicas, no poder executivo municipal, começou em 1999, sob a coordenação do Arquivo Público. Nesse ano, iniciaram-se os trabalhos para a realização do Inventário dos

---

<sup>22</sup> Portaria SMAD nºs 004, de 21 de janeiro e 011 de julho de 1995. (BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração, 1995a)

<sup>23</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório de Atividades – 1997. Acervo APCBH, 1997.

Acervos Arquivísticos da Administração Indireta da Prefeitura de Belo Horizonte, a primeira etapa de um trabalho de gestão de documentos naquelas unidades. Esse inventário levantou, inicialmente, informações em dois órgãos, a Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (BELOTUR) e da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), como experiência-piloto para que pudessem ser elaboradas propostas de trabalho semelhantes em todos os órgãos da administração indireta<sup>24</sup>. Em seguida, iniciou-se o trabalho na BHTRANS, em parceria com a Associação Cultural do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – ACAP-BH. Em fevereiro de 2001, foram entregues as primeiras versões dos instrumentos de gestão elaborados especificamente para a BHTRANS (Plano de Classificação de Documentos de Arquivo e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos) para serem analisados. Em 2002, iniciou-se o trabalho na Fundação Zoobotânica (FZB), tendo sido designada uma comissão de avaliação de documentos em meados de 2003. Nesse ano, iniciaram-se os trabalhos de gestão de documentos na Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), com a elaboração do Plano de Classificação a construção de pré-tabelas de temporalidade. Outra autarquia também foi contemplada no trabalho de gestão de documentos, trata-se do Hospital Odilon Behrens, cujos instrumentos de gestão também foram elaborados, porém ainda sem aprovação final e publicação.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo de implantação da gestão de documentos em qualquer nível de governo depende de fatores como a presença e atuação da instituição arquivística na administração pública. O papel tradicionalmente desempenhado pelos arquivos, voltados para a preservação de preciosidades históricas vem sendo superado por sua importância no que tange à gestão dos documentos.

A subordinação do APCBH à área da Cultura, inicialmente Secretaria Municipal de Cultura e, finalmente, Fundação Municipal de Cultura, não impediu sua atuação na gestão dos documentos públicos. Contudo essa atuação é limitada devido à falta de investimentos na área e à pouca visibilidade da instituição arquivística municipal, conforme apontado em pesquisa de doutorado (ARREGUY, 2016).

---

<sup>24</sup> ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Relatório Qualitativo/Avaliativo Ano de 1999. Acervo APCBH, 1999.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017  
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

A preocupação com o tratamento dos documentos em Belo Horizonte é bastante antiga e pode ser observada a partir da designação de uma “turma” na Comissão Construtora da Nova Capital, que organizou os arquivos de acordo com o princípio da proveniência. Com a instalação da Prefeitura, o Arquivo Municipal passa a tratar os documentos arquivísticos da Prefeitura. Anos depois, na década de 1940, com a criação do Museu Histórico Abílio Barreto, o arquivo perde importância e, somente em 1991, é criado o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Esse arquivo, desde sua criação, demonstrou um perfil ligado à gestão de documentos, não se conformando com o papel tradicionalmente legado aos arquivos de guarda de documentos históricos.

Hoje, passados 26 anos de criação do APCBH, a gestão dos documentos da prefeitura ainda engatinha. Problemas como a falta de recursos financeiros e humanos, já apontados nos primeiros relatórios da instituição, permanecem. Todo o esforço de construir uma tabela de temporalidade de modo pioneiro parece obra de uma equipe extremamente dedicada, sob a liderança da professora Norma de Góes Monteiro.

## **REFERÊNCIAS**

ARQUIVO ameaçado. **Estado de Minas**, Caderno Gerais, Belo Horizonte, 5 de março de 2002, p. 22.

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas. **Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte: a função avaliação no contexto de políticas públicas arquivísticas municipais no Brasil**. Tese (doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016, 261f.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. **Anais do Seminário Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**, Belo Horizonte, 1990. 137 p.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 9.223, de 20 de maio de 1997. Estabelece os prazos de guarda e a destinação de documentos de arquivo da Prefeitura de Belo Horizonte. **DOM – Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 22 de maio de 1997.

BELO HORIZONTE. Decreto nº 9.971, de 19 de julho de 1999. Rerratifica o Decreto nº 9.223, de 22 de maio de 1997 que “estabelece os prazos de guarda e destinação de documentos de arquivo da PBH”. **DOM – Diário Oficial do Município**, Belo Horizonte, 20 de julho de 1999.

BELO HORIZONTE. Lei nº 5.899, de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre política municipal de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 21 de maio de 1991a.

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017**  
**23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

BELO HORIZONTE. Lei nº 5.900, de 20 de maio de 1991. Dispõe sobre a criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 21 de maio de 1991b.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração. Portaria nº 004, de 21 de janeiro de 1995. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1995a.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração. Portaria nº 008, de 28 de abril de 1995. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1995b.

BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Administração. Portaria nº 016, de 15 de julho de 1994. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1994.

JARDIM, José Maria. **A periferia sem centro: os arquivos como sistema**. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, 1995 (Cadernos de Pesquisa, n. 1).

JARDIM, José Maria. Arquivos públicos brasileiros: modernidade ainda que tardia? *In*: BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Cultura. **Anais do Seminário Bases para a implantação de um arquivo moderno: o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1990. 137 p.

PARRELA, I. D. Arquivo, gestão de documentos e preservação da memória da cidade. *In*: BELO HORIZONTE. Prefeitura. Secretaria Municipal de Planejamento / Dep. de Informações Técnicas. **Anuário estatístico de Belo Horizonte: 2003**. Belo Horizonte: PBH, 2004. v. 1. p. 93-102. Disponível em: <[http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB\\_P011/ANUARIO%202003\\_VOL\\_01.pdf](http://www.pbh.gov.br/smpl/PUB_P011/ANUARIO%202003_VOL_01.pdf)>. Acesso em: 29 jul. 2017.

PARRELA, I. D. **Entre arquivos, bibliotecas e museus: a construção do patrimônio documental para uma escrita da história da pátria mineira 1895-1937**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009. 415f.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. Portaria nº 3067 de 26 de março de 1990. **Minas Gerais**, Belo Horizonte, 1990.

SHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006. 388 p.